

## CURSOS SUPERIORES DE TURISMO COM ÊNFASE/ENFOQUE EM MEIO AMBIENTE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR

VILLA GONZALEZ, Luciana Thais - [ltvgonzalez@yahoo.com.br](mailto:ltvgonzalez@yahoo.com.br)  
CARVALHO, Luiz Marcelo de - [lmarcelo@rc.unesp.br](mailto:lmarcelo@rc.unesp.br)

**Resumo:** A educação ambiental vista como "prática transformadora" da sociedade pode ser implementada e desenvolvida nos mais diferentes âmbitos. Levando em consideração que o ensino superior é o mais importante espaço de produção do conhecimento (RIOJAS, 2003) em nossa sociedade, voltamos nosso olhar para os cursos superiores de Turismo do Estado de São Paulo. Apoiados nas considerações de Leff (2001;2003) sobre a "construção do saber ambiental", e nas proposições da Rede de Ambientação dos Estudos Superiores sobre o conceito de "ambientalização curricular", constatamos que a temática ambiental é considerada como um conhecimento válido (GIMENO, 2000a) na formação dos bacharéis em Turismo na quase totalidade dos cursos analisados. Por meio da coleta de dados em documentos e entrevistas, e utilizando o método da "análise de conteúdo" proposto por Bardin (2004) para a análise dos dados, obtivemos fortes indícios de que a temática ambiental é trabalhada de maneira aprofundada nos cursos com ênfase/enfoque em meio ambiente analisados nesse trabalho apresentando um nível de "ambientalização curricular" bastante avançado.

**Palavras-chave:** cursos superiores, Turismo, temática ambiental

### Introdução

A educação ambiental vista como "prática transformadora" da sociedade pode ser implementada e desenvolvida nos mais diferentes âmbitos: na educação formal, em todos os seus níveis (fundamental, médio e superior), e na educação informal, por meio de ações e iniciativas dos diferentes atores sociais (empresas, organizações não governamentais, pessoas físicas, entre outros). De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (1999) esta "é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis do processo educativo". Logo, a inserção da educação ambiental se faz necessária em todas as dimensões da educação, o que sem dúvida, inclui o ensino superior.

Para Riojas (2003, p.238), a inserção da temática ambiental, no âmbito do ensino superior, é um desafio colocado às universidades e instituições de ensino superior e não há como estas se esquivarem dessa abordagem. Desta maneira, as instituições de ensino superior são o *mais importante espaço de produção de conhecimentos na sociedade* e, a educação superior torna-se fundamental na construção do "saber ambiental", no pensar

a “complexidade ambiental e no re-reconhecimento do mundo”, no processo de “aprender a aprender a complexidade ambiental”, “no pensar o não pensado” para o encontro de alternativas de enfrentamento da crise que vivemos.

Assim, há no âmbito educacional superior, três tendências de inserção da problemática ambiental: a primeira, seria a tendência do “adicionamento”, que consiste em somar um ou vários cursos ou disciplinas sobre meio ambiente ao currículo, sem modificar a lógica do mesmo; a segunda, seria a tendência “transversalista” ou de “ambientalização do currículo”, que apresenta um caráter mais complexo em relação à primeira e procura integrar não apenas a uma disciplina, pesquisa ou seminário à problemática ambiental, mas fazê-lo durante todos os momentos em que ocorrer a formação profissional, porém, segundo o autor, ainda há nesta tendência uma “lacuna a ser preenchida”, pois não há uma reflexão metodológica sobre a complexidade dos problemas ambientais. E a última tendência é a “complementarista”, que criou um programa de estudos que incorpora o ambiental, como foco principal da formação profissional superior (RIOJAS, 2003, p.238).

Dessa maneira, o processo de “ambientalização curricular” está sendo debatido e estudado em diversos países e a perspectiva de reformulações curriculares de cursos superiores em direção à “ambientalização” tem se mostrado promissora. De acordo com Pavessi (2007) diversos grupos, encontros e programas têm pesquisado e trabalhado a “ambientalização curricular” como: o programa *Copernicus* de cooperação interuniversitária sobre o ambiente da Associação de Universidades Européias (CRECOPERNICUS, 1993); o *Global Higher Education for Sustainability Partnership* (GHESP); a Organização Internacional de Universidades para o Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente (OIUDSMA); e a *Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education* (AASHE) além de publicações como *International Journal of Sustainability in Higher Education*.

A exemplo de debates e discussões realizadas em torno da proposta de “ambientalização curricular”, no ano de 2001, um grupo, que envolveu onze universidades de sete países<sup>1</sup> da América Latina e da Europa, propôs a constituição de uma rede denominada Rede ACES “Ambientalização Curricular do Ensino Superior”, que teve duração de dois anos, apresentando, como resultado, a elaboração de proposições e pesquisas que trabalhavam a questão da “ambientalização curricular”. A Rede Aces propôs dez características que um currículo deve apresentar para ser “ambientalizado”, e a partir deste marco referencial vários projetos foram desenvolvidos nas universidades participantes com o intuito de produção de conhecimento sobre estes processos. Na perspectiva da Rede ACES as dez características de um currículo ambientalizado foram assim identificadas (JUYENT, 2000, p.20-22 ):

- compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza, tendo como referência as relações dialéticas que se estabelecem entre estas transformações e as ocorridas nas relações sociais;
- a complexidade como princípio norteador da ação;
- ordem disciplinar: flexibilidade e permeabilidade; incorporação de temáticas e procedimentos diversificados relativos ao meio ambiente, através da abertura do currículo para interações entre cursos, disciplinas e profissionais de diversas áreas do conhecimento;
- contextualização local-global-local e global-local-global de problemáticas locais e globais no tratamento dos problemas referentes à relação homem-natureza;

---

<sup>1</sup> Os países participantes da Rede ACES são: Alemanha, Argentina, Brasil, Cuba, Espanha, Itália e Portugal.

- levar em conta o sujeito na construção do conhecimento. O sujeito – tanto como indivíduo como grupo- deve ser considerado no desenvolvimento de conteúdos, nas metodologias adotadas e nos projetos desenvolvidos;
- considerar os aspectos cognitivos e afetivos dos envolvidos, abrindo espaço para a proposição de ações que desenvolvam as dimensões ética e estética;
- coerência e reconstrução entre teoria e prática;
- orientação prospectiva de cenários alternativos, promovendo a formação de profissionais críticos, abertos para novas experiências e para propostas alternativas de gestão das relações sociedade-natureza;
- adequação metodológica, através da coerência e articulação entre conteúdos e metodologias, valorizando propostas metodológicas participativas;
- espaços de reflexão e participação democrática.

Além disso, devemos reforçar que o processo de institucionalização da Educação Ambiental, foi fundamentado por conferências, seminários e outros eventos que não só orientaram os caminhos percorridos pela Educação Ambiental, mas também guiaram à introdução desta no ensino superior, mesmo não sendo este o objetivo principal de algumas destas iniciativas, como podemos observar no quadro a seguir, formulado por Wrigth (2002):

Quadro 1. Cronologia de algumas declarações relativas à educação para a sustentabilidade no ensino superior.

ANO	Declarações
1972	Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano (UNESCO, 1972)
1977	Declaração de Tbilisi (UNESCO – UNEP, 1977)
1990	Declaração de Talloires (UNESCO – 1990)
1991	Declaração de Halifax (Ver <i>Leaster Pearson Institute for International Development</i> , 1992)
1992	Relatório das Nações Unidas da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Agenda 21) - Capítulo 36: Promoção da Educação, Consciência Pública e Treinamento (UNESCO, 1992)
1993	IX Mesa Redonda da Associação Internacional de Universidades: Declaração de Kyoto (International Association of Universities, 1993)
1993	Association of Commonwealth Universities 15 th Quinquennial Conference: Swansea Declaration (UNESCO, 1993).
1994	CRE Copernicus Charter (CRE – Copernicus, 1994)
1997	Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade – Educação e Consciência Pública para Sustentabilidade: Declaração de Thessaloniki (UNESCO, 1997)

\* Adaptado de Wrigth (2002), tradução nossa.

No Brasil, são poucos os dados sobre universidades que aderiram às declarações internacionais, mas sabe-se que algumas instituições de ensino têm elaborado suas próprias políticas relativas ao meio ambiente e/ou sustentabilidade.

Em relação a eventos e publicações relacionadas a “ambientalização” do nível superior de ensino no Brasil, estes começam a surgir, a partir da década de 1990, e vêm se intensificando recentemente. A título de exemplos, podemos citar: a Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental – RUPEA, que realizou o “Mapeamento da Educação Ambiental em Instituições Brasileiras de Educação

Superior: elementos para discussão de políticas públicas”; os vários Seminários Nacionais, realizados nos anos 80 e 90, pela Secretária de Meio Ambiente (SEMA); os Seminários Estaduais promovidos pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em 1989, 1990 e 1991; os trabalhos desenvolvidos pela Rede ACES (Ambientalização Curricular dos Estudos Superiores), entre os anos de 2000 – 2002, e, atualmente o I Encontro Latino Americano de Universidades Sustentáveis, que ocorrerá em setembro de 2008, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul (PAVESSI, 2007).

Quanto às políticas nacionais relativas à inserção da Educação Ambiental no ensino superior, Pavessi (2007) afirma que, assim como em âmbito internacional, a “ambientalização da educação superior” também surge atrelada à institucionalização da Educação Ambiental de forma mais ampla em âmbito nacional. Destaca-se, nesse contexto, a I Conferência Nacional de Educação Ambiental (1997), que criticou em seu documento síntese – a Declaração de Brasília para a Educação Ambiental – as divergências relativas ao termo sustentabilidade e à banalização do conceito, e atribuiu “às universidades o papel de gerar conhecimentos que permitam dirimir dúvidas sobre as diferentes concepções de sustentabilidade, além de criticar a postura negligente das universidades” em relação à divulgação da Agenda 21 e recomendou que as instituições superiores “fundamentassem suas práticas de educação que lhes correspondem; criassem metodologias e material didático, além de realizar pesquisas sobre tecnologias alternativas para o desenvolvimento sustentável” (PAVESSI, 2007, p.37-38).

Assim, diante do panorama apresentado, podemos concluir que a “ambientalização” do ensino superior parece ser cada vez mais uma preocupação das universidades em todo o mundo, mas ainda enfrenta limites e obstáculos que vêm sendo identificados e discutidos por meio de diversas iniciativas.

No Brasil, uma dessas iniciativas foi liderada pela Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental – RUPEA, com o apoio da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação, que elaborou, em 2005, um documento intitulado “Mapeamento da Educação Ambiental em Instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para discussão de políticas públicas”. O intuito de traçar ações para a implementação da Educação Ambiental, no ensino superior, e conhecer as dificuldades existentes para que as medidas se concretizassem (RUPEA, 2005; PAVESSI 2007).

As dificuldades apresentadas no mapeamento foram apontadas por grupos de Educação Ambiental de quatorze instituições públicas de ensino e oito instituições privadas de onze estados brasileiros que responderam um questionário enviado pela RUPEA. As respostas aos questionários indicam que os obstáculos enfrentados pelos respondentes para inserção da Educação Ambiental no ensino superior são relacionadas à: consciência/interesse/envolvimento da comunidade; a estrutura organizacional em unidades estanques; o apoio financeiro e institucional; o despreparo dos funcionários em geral; o tempo e de acesso a dados e informações; os espaços de formação; as resistências de vários grupos à mudança ocasionada principalmente pelo medo de se perder competitividade no desenvolvimento e publicação de pesquisas; as regulamentações das atividades desempenhadas pelas universidades e/ou de transparência em suas definições; as pesquisas com caráter interdisciplinar; aos processos avaliativos; às políticas institucionais; à imprecisão dos fundamentos teóricos/conceituais/metodológicos para práticas administrativas e educacionais orientadas para a sustentabilidade; os espaços e estruturas para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental e a inadequação do espaço físico (RUPEA, 2005).

Pavessi (2007) aponta para a estagnação da inserção da “ambientalização” curricular no Brasil e afirma que, apesar de os debates sobre esta questão estarem se

consolidando há vinte anos no país, pouco tem mudado no cotidiano das instituições de ensino superior. A autora, porém, defende que mesmo diante da revolta que o fato provoca, não se pode esperar que a Educação transforme o mundo e resolva todos os problemas das sociedades ocidentais contemporâneas.

Para Junker (2002), inúmeras são as dificuldades que o âmbito educacional superior enfrenta para incorporar a Educação Ambiental, ou como foi colocado, “Educação para a Sustentabilidade”. O autor nos lembra que a Educação é parte de todo um sistema que a influencia e que muitas vezes torna estereis todos os esforços realizados em seu campo de atuação. O *status quo* define os parâmetros a serem seguidos e incorporam-se ao processo educativo, tornando muitas das iniciativas educacionais para um mundo sustentável “obsoletas”.

Leff (2001) também aponta para os problemas e influências externas que dificultam a construção de um “saber ambiental” no ensino superior. A necessidade de *status* social, a pressão exercida pelo mercado de trabalho sobre as universidades e outros valores da sociedade são apontados como fatores decisivos para a manutenção da “racionalidade econômica”.

Para este autor o “saber ambiental” é, na verdade, um novo paradigma que não pode emergir da simples junção de várias áreas do conhecimento ou do trabalho conjunto de especialistas de diferentes áreas ou de uma visão sistêmica do mundo. O autor acredita que a universidade deve se abrir a novos paradigmas, deve transgredir os conhecimentos já produzidos, as “barreiras institucionais” e os “interesses disciplinares”, para construir de fato o “saber ambiental”.

Assim posto, entendemos que pesquisas que procuram compreender os caminhos, possibilidades e limites da inserção da temática ambiental nos diferentes cursos de formação profissional superior no Brasil, constituem-se como experiências significativas de investigação.

É nesse sentido que direcionamos o foco da pesquisa ora apresentada para os cursos de nível superior em Turismo.

O Turismo entendido como fenômeno sociocultural ou como indústria é a segundo maior setor econômico no mundo (OMT, 2008). No Brasil, é ainda uma atividade que começa a se desenvolver com um enorme potencial a ser explorado, sobretudo em um momento em que o país prepare-se para receber grandes eventos que dobrarão o desembarque de turistas domésticos e internacionais em território nacional.

Luchiari (1999) aponta para diversas situações preocupantes geradas pela expansão turística como a especulação imobiliária, os loteamentos irregulares de áreas ambientais de riqueza única, o aterramento de mangues, construções na orla marítima, a abertura de acessos a áreas ambientalmente frágeis e o desmatamento de morros e planícies.

Todos esses impactos resultantes da atividade turística modificam as paisagens e trazem inúmeros problemas às “populações autóctones”, como a falta de tratamento de esgoto, o aumento da população nas altas temporadas e, conseqüentemente, da produção de lixo, falta de água e luz e outras inúmeras situações que se tornaram corriqueiras devido à pressão que o turismo exerce sobre o meio ambiente “em nome do desenvolvimento econômico” (LUCIARI, 1999).

Diante dessa inegável relação Turismo e natureza, apresentamos neste trabalho os resultados de uma pesquisa em nível de mestrado que procurou discutir a inserção da temática ambiental nos cursos superiores de Turismo do Estado de São Paulo. Finalizada no ano de 2008, a investigação teve como questões norteadoras dos trabalhos as seguintes proposições:

- ✓ A temática ambiental tem sido considerada nos cursos de turismo como uma dimensão significativa no processo de formação do Bacharel em Turismo?
- ✓ Os cursos de turismo incorporam características que poderiam ser relacionadas ao processo de “ambientalização curricular”?

### **Objetivos e procedimentos metodológicos**

Considerando as questões desta pesquisa, os objetivos da investigação podem ser assim explicitados:

- ✓ Analisar se a temática ambiental tem sido considerada nos cursos superiores de turismo e identificar quais abordagens desta temática estão sendo consideradas;
- ✓ Identificar quais conhecimentos relativos à temática ambiental têm sido priorizados pelos cursos.
- ✓ Analisar se os cursos de turismo que oferecem ênfase/enfoque em meio ambiente e ecoturismo incorporam processos de “ambientalização curricular” nos seus projetos pedagógicos.

Neste trabalho, apresentaremos os dados e análises relativos ao segundo objetivo proposto.

Avaliamos que a abordagem qualitativa de pesquisa seria a mais adequada para a condução dos trabalhos de investigação diante do caráter exploratório das questões e objetivos propostos e a Análise de Conteúdo de Bardin (2004) o método para emprendermos as análises.

Os dados foram coletados a partir de análises de documentos, neste caso, Projetos Políticos Pedagógicos de Cursos de Turismo de instituições do ensino superior no Estado de São Paulo e entrevistas semiestruturadas com coordenadores de curso.

### **Desenvolvimento dos trabalhos e resultados.**

Os dados coletados nesta fase da pesquisa, foram obtidos por meio da *internet*, por contatos via correio eletrônico com os coordenadores dos cursos pesquisados e através de entrevistas realizadas com estes.

Os cursos de Turismo analisados neste trabalho são aqueles que estão localizados no estado de São Paulo, possuem ênfase/enfoque em meio ambiente e pertencem a instituições públicas de ensino, sendo estes: o curso da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – *Campus* de Sorocaba e do curso Universidade Estadual Paulista (UNESP) – *Campus* de Rosana.

Para a análise dos projetos pedagógicos realizamos inicialmente a chamada “leitura flutuante” dos documentos coletados (Bardin, 2004). A partir desta leitura e de leituras subseqüentes e mais analíticas dos documentos foram identificados inicialmente as unidades de registro relacionados com a temática ambiental e sua relação com o turismo. As “unidades de registro de análise” foram, assim, agrupadas em subcategorias e estas em categorias mais amplas. Desse modo, as “unidades de registro” foram por nós identificadas, definindo-se um “código” para cada uma, de forma que permitisse o “registro da frequência” com que essas unidades apareciam em cada plano. Estes também foram codificados, fazendo-se uso de letras, para facilitar a análise. Após esse procedimento, definimos as “subcategorias” de análise e as “categorias” que abrangiam por sua vez as “subcategorias”.

Como critério para registro das frequências das “unidades temáticas”, considerou-se o conteúdo expresso nos parágrafos do texto; o tema foi registrado apenas uma única vez por parágrafo. O projeto pedagógico foi analisado como um todo,

considerando as concepções de curso expressas no texto, a estrutura curricular proposta (conjunto das disciplinas do curso) e as bibliografias referenciadas.

Foram categorizados nas “subcategorias” e nas “unidades de registro” apenas os temas presentes nos documentos e nas transcrições das entrevistas que tratavam diretamente da temática ambiental ou da relação desta com o turismo. Grande parte do conteúdo dos projetos não tem relação com o tema proposto por esta pesquisa, e por isso não foram considerados.

Ressaltamos, neste momento, que todos os planos de ensino foram analisados, mesmo aqueles que não faziam menção direta à temática ambiental em suas denominações, contudo, não foram encontrados indícios de abordagens da questão ambiental em disciplinas como “Contabilidade”, entre outras.

Dessa maneira, podemos observar, na tabela 1, que as três “subcategorias” mais frequentes identificadas nas análises dos projetos pedagógicos e entrevistas são: “turismo e temática ambiental (SC10)” com duzentos e doze registros, sendo estes a somatória de todas as “unidades de registro” desta “subcategoria”; “gestão, manejo, auditoria e avaliação ambiental (SC2)” com trinta e um registros; e “sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável (SC3)” com vinte e cinco:

TABELA 1 – Subcategorias relacionadas com a temática ambiental encontradas em planos de ensino de disciplinas de cursos de Bacharelado em Turismo oferecidos por Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo.

Subcategoria	Total de Planos em que a Sub-categoria se faz presente
Impactos Ambientais (SC1)	21
Gestão/Auditoria/Manejo/Avaliação ambiental (SC2)	31
Sustentabilidade/ Desenvolvimento sustentável (SC3)	25
Histórico do Ambientalismo -(conceitos e perspectivas) (SC4)	5
Paradigmas científicos e a temática ambiental (SC5)	2
Educação Ambiental (SC6)	7
Pesquisa participante/Pesquisa-ação (SC7)	2
Conceitos científicos básicos relativos ao meio ambiente (SC8)	23
Espaço/Paisagem (SC9)	7
Turismo e a Temática Ambiental (SC10)	212

A “subcategoria – turismo e temática ambiental (SC10)” é o tema central nos dois projetos pedagógicos e nas entrevistas analisadas. Obviamente, isso pode ser explicado pelo fato de que os dois cursos pesquisados oferecem enfoques na área ambiental. A decisão de privilegiar o enfoque em meio ambiente, em ambos os cursos, foi uma decisão institucional, baseada nas características ambientais, econômicas, sociais, educacionais e políticas das regiões onde os cursos foram implantados, como podemos observar no item “justificativas para implantação dos cursos” em ambos os projetos, e nestes dois excertos das entrevistas realizadas:

[...] o curso foi implantado em Rosana, numa...fase onde a UNESP estava com projeto de expansão para se inserir em regiões onde não havia *campus* e também em regiões menos desenvolvidas do estado...Então, a partir daí uma proposta do governo do Estado trouxe a possibilidade de parcerias entre o governo do Estado, a UNESP e as prefeituras, onde este entrou com os recursos para a montagem da infra-estrutura básica. As prefeituras entraram com os prédios, com a estrutura física. E a UNESP entrou com o corpo docente, técnico e administrativo [...] A definição inicial do curso, com ênfase em meio ambiente, foi dada pela comissão que criou o curso. Então, a gente não estava aqui, nenhum dos docentes que hoje atuam no *campus* estavam. Então, a gente não teve influência. Mas sabemos que foi justamente por esse motivo que precisava criar um curso de turismo, que aqui havia recursos naturais em abundância [...] Bom, primeiro é que a UNESP não

tinha um curso de turismo. Naquele momento, a área do conhecimento relacionada ao turismo estava em evidência, estava se ampliando muito. Muitos cursos foram criados pelo país afora e a UNESP percebeu que seria importante ter um curso pra estudar essa área do conhecimento (ENTREVISTA – COORDENADOR – UNESP).

[...] A ênfase foi uma escolha institucional, quando São Carlos definiu que haveria o *campus* de Sorocaba, definiu que esse *campus* teria como mote a sustentabilidade. Então, aí se você analisar o projeto do *campus*, a relação desse *campus* com a FLONA<sup>2</sup>, num primeiro momento ela foi praticamente visceral. Era ser dentro da FLONA, que é uma unidade de conservação. Depois com o tempo houve algumas tentativas administrativas. Decidiu que não seria dentro da unidade de conservação por conta das restrições de uma unidade de conservação. Mas independente disso, manteve-se a proposta de ser um curso de fato voltado à sustentabilidade, e ao patrimônio natural representado não só pela FLONA, mas também pelo Vale do Ribeira, toda essa diversidade e essa riqueza natural que a gente tem nessa parte sul do Estado de São Paulo. O curso tem um papel forte no elo entre a oferta e a demanda, formatando de fato o atrativo turístico, fornecendo uma mão de obra diferenciada pra trabalhar nessa área ambiental [...] (ENTREVISTA – COORDENADOR – UFSCar).

Logo, podemos perceber nos dados de que as discussões relativas ao agravamento dos problemas ambientais, que as sociedades contemporâneas enfrentam, não parecem ser a principal razão, para a escolha do enfoque dado nos cursos. As motivações ligadas às questões políticas e regionais parecem ser muito mais influentes na decisão do que o questionamento das relações sociedade – natureza, numa perspectiva global e crítica. Fica clara, nos projetos pedagógicos, a importância das características naturais das regiões nas quais os cursos se localizam, assim como os aspectos e problemas sociais, educacionais e econômicos, porém estes não parecem se relacionar com um contexto mais amplo/global da temática ambiental.

Apesar de sabermos que as ações políticas locais influem no contexto global, não há dados, nos documentos analisados, que façam referência direta à crise ambiental e suas conseqüências, como uma das motivações para a criação de cursos com enfoque em meio ambiente. Não se está afirmando que esta preocupação não exista nos cursos. Em alguns momentos ela é identificada, mas não como umas das motivações principais para escolha do enfoque em meio ambiente. Contudo, ressaltamos que há apenas indícios que permitem esta análise, o que faz com que esta não possa ser tomada como conclusiva.

Também na “subcategoria – turismo e temática ambiental (SC10)”, podemos perceber que os conhecimentos considerados válidos, para a construção do currículo pelos seus idealizadores são aqueles relativos às atividades turísticas ligadas ao patrimônio ambiental como o ecoturismo, turismo ecológico, rural, náutico, entre outros, assim como às questões voltadas ao desenvolvimento turístico sustentável como indicam as “unidades de registro” “turismo e meio ambiente (UR4)” e “turismo sustentável (UR3)”, na tabela 2:

TABELA 2 – Unidades de registro relacionadas com a subcategoria “Turismo e Temática Ambiental” encontradas nos projetos pedagógicos dos cursos de Bacharelado em Turismo com ênfase/enfoque em meio ambiente oferecidos por Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de São Paulo.

<b>Unidades de Registro da Sub-categoria 10 (SC10)</b>	<b>Total de Planos em que a UNIDADE DE REGISTRO se faz presente</b>
Impactos do turismo (UR1)	15

<sup>2</sup> Floresta Nacional de Ipanema localizada na região de Sorocaba – SP.

Gestão/Auditoria/Manejo/Avaliação Ambiental do turismo (UR2)	27
Turismo Sustentável (UR3)	42
Turismo e Meio Ambiente (UR4)	94
Espaço/Paisagem e turismo (UR5)	13
Educação Ambiental e turismo (UR6)	4
Conceitos científicos básicos relativos ao meio ambiente e turismo (UR7)	8
Desenvolvimento turístico como melhoria da qualidade de vida da população local e do meio natural (UR8)	7

O crescimento das atividades turísticas em meios naturais, como forma de lazer, e, conseqüentemente, como atividade econômica parece ser a principal razão para que os conhecimentos relacionados ao fenômeno esteja presente nos currículos, como podemos ver nestes exemplos:

[...] O turismo, direcionado aos atrativos ambientais, tem mostrado um crescimento muito grande nestes últimos anos. Esta modalidade de Turismo pode encontrar algumas variações ou denominações distintas como: Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo Ambiental, Turismo Náutico, Turismo Verde, Turismo de Pesca, entre outros. No Brasil, outra modalidade que também tem se desenvolvido bastante na última década é o Turismo Rural. Neste cenário, o curso aqui proposto, vem atender a uma demanda cada vez maior de profissionais ligados a essas modalidades turísticas [...] (PROJETO PEDAGÓGICO – UNESP – p. 6).

Ou ainda,

[...] Por outro lado, o Brasil dispõe de extensos recursos naturais, com grande diversidade ambiental e biológica, o que o torna candidato natural ao investimento em ecoturismo. Convém ressaltar que este segmento está crescendo, sendo o que mais se beneficiará com o atendimento a diferentes faixas etárias e interesses. Isto decorre da curiosidade das pessoas em relação à natureza, além do aumento da preocupação com questões ambientais e da busca por alternativas para diminuir o estresse a que as pessoas estão submetidas nas grandes cidades [...] (PROJETO PEDAGÓGICO – UFSCar – p. 30).

Passagens como estas, presentes nos textos dos projetos pedagógicos, permitem-nos levantar a hipótese de que as questões relativas ao turismo e meio ambiente passam a fazer parte do currículo de cursos de turismo como uma resposta imediata à demanda em termos de interesse da população por cenários naturais. Nesse sentido, fica muitas vezes mais evidente uma justificativa econômica do que o interesse pela discussão da crise ambiental e a construção de um “saber ambiental” (LEFF, 2001). Questões como estas nos remetem às proposições de Gimeno (2000a) de que o currículo sofre pressões de natureza diversa.

É inegável que as questões ambientais estão cada vez mais em evidência, o que talvez seja uma motivação para o crescimento do turismo em áreas naturais, porém as discussões ideológicas da crise ambiental não chegam a todas as camadas da população, neste caso, os turistas. Assim como já discutido anteriormente, há uma “aparente consenso” (CARVALHO, 1989) em relação aos problemas ambientais, mas os debates acerca de suas origens e conseqüências parecem não estar ao alcance do grande público, o que parece também atingir à atividade turística. Logo, percebemos indícios nos dados de que a formação profissional, focada nos segmentos do mercado turístico, voltados para a natureza, tem como justificativa muito mais uma questão ligada à economia e a compatibilização de interesses entre mercado e patrimônio natural. E este patrimônio parece ser entendido mais como um produto de consumo do que por uma busca de novas formas de relação sociedade- natureza.

No curso da UFSCar, percebemos estes indícios em passagens como estas:

[...] Dada a crescente valorização do tempo ocioso, a melhoria da qualidade de vida, bem como o aumento da expectativa de vida, atualmente o turismo é reconhecido como uma das melhores opções econômicas, em termos mundiais, para enfrentar os condicionantes da recessão, desemprego e automação. O crescimento da chamada indústria do turismo fica em torno de 4 a 5% ao ano e, assim, há um progressivo interesse dos governos federais, estaduais e municipais na implantação de atividades turísticas [...](PROJETO PEDAGÓGICO – UFSCar – p. 30).

E, no curso da UNESP, em exemplos, como estes:

[...] Assim, o turismo local alicerçado nas potencialidades naturais e na infraestrutura receptiva, voltada para o desenvolvimento regional sustentável, terá como resultado a dinamização e diversificação do conjunto de atividades econômicas representadas pelo setor de serviços, da indústria turística e do comércio em geral.

Com isto haverá a melhoria da qualidade de vida da população desta região; o aumento da diversificação qualitativa dos bens e serviços produzidos e da infraestrutura receptiva; a geração de novos empregos e a manutenção dos existentes; a qualificação e requalificação dos recursos humanos já envolvidos; o aproveitamento da mão-de-obra não qualificada, através de sua capacitação; a inserção socioeconômica e cultural da população; a proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico-cultural e a projeção da região no cenário internacional (EMBRATUR, 1996) [...](PROJETO PEDAGÓGICO – UNESP – p. 19).

Há poucos dados nos projetos pedagógicos e entrevistas que apontam para outras perspectivas de caráter mais crítico. Em apenas uma passagem dos textos estas outras perspectivas são explicitadas, como no caso a seguir:

[...] Nesse sentido, a proposta apresentada é inovadora, propondo um curso de Turismo sintonizado com as grandes questões do mundo contemporâneo, marcadas pelas reflexões e análises críticas das relações do Homem com o Meio Ambiente [...](PROJETO PEDAGÓGICO – UNESP – p. 146).

Para Ruschmann (1997), o “meio ambiente é matéria-prima do turismo”, o que, em nossa interpretação, significa que uma vez que o meio ambiente é destruído pelo turismo, a atividade deixa de existir e com isso uma grande fonte de recursos econômicos desaparece. Desse modo, consideramos que se preserva o meio para que os ganhos econômicos se mantenham e não pelo valor intrínseco que a natureza tem em todas as suas formas de manifestação.

Ainda em relação às “unidades de registro” - “turismo e meio ambiente (UR4)” e “turismo sustentável (UR3)” – da subcategoria “turismo e temática ambiental (SC10)”, percebemos que as referências às atividades como ecoturismo, turismo ecológico e turismo sustentável sempre aparecem de forma indefinida, com suas significações apenas implícitas e muito relacionadas entre si. Mais uma vez a perspectiva de se desenvolver essas atividades turísticas de forma sustentável - na perspectiva que elas se mantenham ao longo do tempo - parece-nos ser voltadas para uma perspectiva mais econômica do que de crítica ao modo de produção capitalista.

O uso de forma generalizada dos termos “ecoturismo”, “turismo sustentável” e alguns outros nos projetos pedagógicos também chamou-nos a atenção. Há inúmeras definições para “turismo ecológico” ou “turismo sustentável” na literatura. A falta de explicitação do entendimento destes conceitos nos projetos pedagógicos parece indicar não ser esta polissemia uma preocupação dos cursos.

Em nossa análise este fato parece ser benéfico. Por outro, parecer trazer riscos aos cursos. A ausência de opções teóricas fechadas e definições estanques nos projetos

pode ser vista como positiva, pois a opção estanque e inflexível em torno de apenas algumas conceituações poderia empobrecer os debates sobre o fenômeno turístico e também sobre as relação entre sociedade e natureza e limitar as práticas dos docentes. Já sob outra ótica, esta ausência poderia levar os cursos a “falsos consensos”, tentando compatibilizar as idéias de grupos antagônicos e trabalhar alguns conceitos chaves como consensuais, sem trazer ao corpo discente os conflitos de interesses políticos, econômicos e de outra natureza que envolvem idéias como sustentabilidade e ecoturismo, por exemplo.

Porém, levando em consideração que estamos falando de cursos de turismo que formam profissionais, para atuar no mercado, e que têm como obrigação ética trazer a seus alunos as mais diferentes visões de mundo, para que estes tenham uma formação intelectual sólida, consideramos que os cursos não devam se fechar em uma única conceituação de determinados referenciais teóricos, mas sim trazê-los para discussão, o que parece acontecer nos cursos analisados, fato que podemos perceber apenas nos excertos de entrevistas dos coordenadores:

[...] Em geral os docentes têm uma linha de muito respeito às diversas correntes... A gente sabe que existem várias conceituações, várias linhas, e que todas têm seus argumentos para defender... Eu acredito que tem que ter uma postura responsável com o aluno, para ele também conhecer as diversas linhas, para ter autonomia e capacidade para julgar com qual dessas linhas ele identifica mais e aí atuar, seguir sua linha, sua vida... Então... Mas respeitando. Eu, pelo menos, trabalho muito na minha prática desta forma, não tento execrar uma linha, como é muito comum em outras áreas. Há muito preconceito. Mas isso é uma questão também do profissional, não são todos que são assim. Mas, alguns, de certa forma, tentam essa responsabilidade, para mostrar que existem várias linhas e... cada uma implica em alguma coisa. Agora, a gente trabalha demais com a conceituação do ecoturismo. Muito. A gente traz todas as linhas, todas as correntes e faz aí um belo *brainstorming* com nossos alunos, para a gente poder ter alguma clareza com relação ao que se espera disso, afinal de contas. O que se espera de um profissional de Turismo trabalhando numa área natural... Não dá pra ser ingênuo. Também não dá para ser positivista demais, achar que só uma coisa está correta, porque nas áreas naturais, a gente sabe que estão cheias de conflitos e que são um recurso muito valorizado hoje em dia. Há trabalhos que são feitos para atribuir valor econômico às áreas naturais, a gente sabe que estão inseridos em um contexto maior, então o ecoturismo também não pode ser ingênuo, a gente tem que estar muito atento a essas forças do contexto global, a essas forças deste perfil que a gente está... desta sociedade técnico-informacional-científica, pós-modernidade... coisas assim... Não é simples [...] (ENTREVISTA – COORDENADOR – UFSCar).

Uma outra “subcategoria” que nos leva a pensar sobre esses “falsos consensos” é “sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (SC3)” que foi a terceira mais freqüente nas análises. A sustentabilidade pode ser entendida em termos gerais como “continuidade no tempo”, porém os estudos desenvolvidos a respeito deste tema são bastante controversos, segundo Foladori e Tommasino (2000) e as conseqüências deste fato parecem se fazer presentes no cursos.

Para Apple (2006), a diversidade de conceitos e referenciais em um currículo é desejável, pois abre espaços para debates e novas idéias, e ainda propicia melhores oportunidades de se ter uma prática “contra-hegemônica”.

Quando analisamos os dois projetos pedagógicos, podemos observar que as idéias relativas à sustentabilidade e ao turismo sustentável são abertas, dando margem a várias interpretações. Talvez, o fato seja reflexo dos conflitos que o campo de estudo suscita; porém não há menção nos documentos oficiais a esses conflitos político-ideológicos e os textos parecem trabalhar suas idéias chaves como se estas fossem

consensuais. Na grande maioria das vezes, os termos sustentabilidade, desenvolvimento sustentável ou outros correlatos são tratados rapidamente e explicitação conceitual, como podemos verificar nestes cinco exemplos coletados nas entrevistas e projetos pedagógicos:

[...] Para tanto, o curso deverá oferecer aos alunos métodos e técnicas para o melhor atendimento ao turista, priorizando formação profissional ética, pautada na cidadania e no compromisso de desenvolver atividades que garantam a sustentabilidade.(PROJETO PEDAGÓGICO – UNESP – p. 24).

Conceitos fundamentais e tipologia. O ecoturismo e o desenvolvimento sustentável. Levantamento e diagnóstico do potencial e vulnerabilidade dos locais a serem explorados [...] (PROJETO PEDAGÓGICO – item de disciplina/UNESP – p. 75).

[...] A inclusão do “Trabalho de conclusão de curso” na grade curricular tem por objetivo propiciar aos discentes a elaboração de estudos e pesquisas na área do turismo, que adotem como premissa o uso e associação das diferentes informações, conhecimentos científicos e práticos, apreendidos durante o desenvolvimento do curso, bem como outros que venham a ser adquiridos durante o processo de elaboração desse trabalho, pautando-se, primordialmente, pelo exercício da multidisciplinaridade, da interdisciplinaridade e da abordagem das temáticas enfatizadas pelo curso, ou seja, a abordagem das questões ambientais, histórico-culturais e especialmente àquelas relacionadas à sustentabilidade[...] (PROJETO PEDAGÓGICO – UFSCar – p. 174-175).

[...] Colaborar na implantação da Política Nacional de Turismo, do Programa de Municipalização do Turismo e contribuir em diferentes âmbitos para o estabelecimento de políticas de turismo adequadas à promoção do desenvolvimento sustentável [...] (PROJETO PEDAGÓGICO – UFSCar – p. 33).

Há, contudo, nos textos dos projetos pedagógicos, referências a conflitos que podem ocorrer no processo de desenvolvimento turístico numa determinada região, porém esses conflitos não parecem se relacionar com o conceito de “sustentabilidade” e sim com os interesses internos dentro das comunidades onde o turismo se desenvolverá:

[...] Não é tarefa simples motivar as comunidades para que se comprometam num processo de auto-desenvolvimento, seja por suas limitações, seja por tentativas anteriores fracassadas de mudança. A participação de todos os atores locais no processo de planejamento pode tornar o processo mais lento e revelar conflitos na comunidade, mas o consenso dele resultante pode contribuir para estabelecer o processo sustentável e tornar a tomada de decisões futuras mais consensuais [...] (PROJETO PEDAGÓGICO – UFSCar – p. 24)

Também há, no projeto pedagógico da UFSCar, duas breves passagens, que pertencem a ementas de disciplinas, e que parecem trazer uma abordagem mais crítica do conceito de sustentabilidade, porém estas são concisas, e uma delas está presente em uma disciplina optativa:

[...] Aprendizado seqüencial de Joseph Cornell. Ética ambiental e mudança de paradigmas: Desenvolvimento Sustentável X Sociedade Sustentável. A interface da atividade lúdica/contextos do Ecoturismo [...] (PROJETO PEDAGÓGICO - item de disciplina/UFSCar, p.89).

[...] Vida nas cidades. Novas relações entre o urbano e o rural. Sustentabilidade e consumismo. Cotidiano e lazer urbano [...] (PROJETO PEDAGÓGICO - item de disciplina/UFSCar, p.131)

Porém, mesmo não havendo essas definições de forma clara nos projetos pedagógicos analisados, ao observarmos os dados relativos às entrevistas, podemos assinalar alguns conceitos sobre sustentabilidade. A idéia mais comum acerca de sustentabilidade, que foi identificada nas entrevistas, é aquela de continuidade através do tempo por meio da compatibilização de interesses de várias dimensões da realidade – ambiental, cultural, social, política e econômica.

Nos dois excertos de entrevistas a seguir, podemos perceber essa perspectiva:

[...] Então, o próprio termo sustentabilidade ele é muito questionado. Muito debatido, mas a gente entende que a sustentabilidade, o entendimento turístico, ou em qualquer outra atividade humana, mas principalmente em relação ao turismo, é você utilizar de um recurso natural de uma maneira harmônica com toda a natureza naquele ponto, visando a perpetuação dessa ocupação com a atividade do turismo. Obviamente, nós sabemos que você não vai desenvolver nenhuma atividade econômica sem impactar o ambiente [...] mas o que a gente tem aqui de visão de sustentabilidade é: aquela ocupação responsável, aquela ocupação que sabe dos impactos que causa. Conhecendo aquele impacto nós temos condição de minimizá-lo ou de até desenvolver alguma atividade que possa evitá-lo, ou posteriormente a existência...criarmos uma outra forma de utilização do atrativo pra que aquele impacto seja...a própria natureza recupere. Um exemplo bem aplicado seria a questão de uma trilha. Ela passa por um determinado ponto e ela vai impactar, não tem como não causar nenhum impacto, mas aí durante um determinado período você muda o trajeto dela, e aí você permite que a natureza se recomponha naquele ponto. Então, essa é a visão de sustentabilidade: sabemos que devemos buscar a ocupação econômica da natureza causando o mínimo de impacto possível, mas temos consciência de que algum impacto ocorre. Sabemos também que o turismo é uma das atividades econômicas que menos causa ou que menos pode causar impacto. Se você imaginar uma determinada área com visitação, com camping, com água em reservatório, um balneário, você pode ter uma área ali com dez hectares trazendo uma renda considerável para o proprietário sem agredir, sem modificar muito aquele ambiente. Você pode ter uma outra área com criação de animais, trazendo uma renda semelhante, ou maior ou menor, que tenha um diferenciamento, mas que vai causar um impacto infinitamente superior, nós podemos ter um outra área com produção agrícola que também o solo vai ser mexido, a vegetação vai ser retirada, a fauna silvestre vai ser expulsa, então, muito mais impacto. Então, a visão que nós temos também é de que o turismo tem capacidade de ocupar algumas áreas de uma maneira muito mais consciente e conservando muito mais esses recursos naturais, então é mais ou menos isso [...] (ENTREVISTA – COORDENADOR – UNESP).

[...] A gente entende que a sustentabilidade tem muitas esferas, desde a questão do cuidado com o ambiente natural, a questão da relação humana com as comunidades, até mesmo a sustentabilidade econômica... A gente não têm uma visão idealista, ingênua, com relação à sustentabilidade. A gente entende que todas elas têm que ser relevadas. Têm que ser valorizadas quando a gente vai trabalhar com algum projeto. Então, pensar desde a questão do cuidado ambiental, cultural, social... Também pensar no modo da rentabilidade, do retorno financeiro do empreendimento, da sua sustentabilidade em termos de sua manutenção... Dele poder se manter e ser durável [...] A gente entende a sustentabilidade como responsabilidade... Trocando em miúdos... É você ter um projeto que não deixe nenhum lado descoberto... Nem o lado social, nem em termos de impactos físicos, nem a questão econômica, política... [...] (ENTREVISTA – COORDENADOR – UFSCar).

Assim, nas entrevistas com os coordenadores dos cursos podemos perceber que a sustentabilidade é uma prática que implica em responsabilidades e que traz certos

benefícios ambientais, sociais, culturais e econômicos: No curso da UNESP, a idéia que nos parece implícita nas considerações feitas pelo coordenador são a utilização de maneira harmônica dos bens naturais visando a perpetuação, e para o coordenador do curso da UFSCar a idéia de contemplar todas as dimensões da realidade parece ser a mais presente.

Contudo, a idéia de compatibilização dos interesses econômicos com as demais dimensões parece-nos bastante presente. É imperativo pensar na dimensão econômica da realidade, quando discutimos a sustentabilidade, porém o que nos parece ficar subentendido nas observações dos coordenadores, é que o econômico é o núcleo das ações. As demais dimensões giram em torno dele, o que nos parece ser um risco, pois a primazia pelo econômico é vista por alguns autores como uma das principais causas da crise ambiental.

Já em relação à “subcategoria – gestão/manejo/auditoria/avaliação ambiental (SC2)” que foi identificada trinta e uma vezes nos documentos analisados, há indícios de que os temas considerados nesta “subcategoria” são muito ligados às técnicas, formas e modelos de previsão, adequação e recuperação de impactos ambientais.

Sendo assim, as análises dos textos indicam que esses conhecimentos estão presentes nos currículos dos cursos estudados, oferecendo aos alunos um arcabouço teórico/prático, para gerir de maneira ambientalmente responsável e economicamente viável as atividades de turismo ligadas à natureza.

### **Considerações Finais**

Retomando o referencial teórico do currículo considerado por Gimeno (2000a, 2000b), o currículo é uma seleção de elementos da cultura considerados válidos em determinado momento histórico e que este é construído em uma perspectiva processual, consideramos que os projetos pedagógicos analisados consideram a temática ambiental como um conhecimento válido da cultura na sociedade contemporânea e que este merece destaque em sua proposta educacional.

Dentre os temas mais relevantes considerados pelos cursos em relação ao meio ambiente, a sustentabilidade aparece com destaque, pois os outros temas relativos à temática ambiental – impactos ambientais, gestão ambiental, ecoturismo, turismo sustentável, entre outros – são voltados à perspectiva da continuidade através do tempo como apontam os indícios encontrados no material analisado.

Assim, de acordo com o referencial proposto por Foladori e Tommasino (2000), os cursos podem ser vistos como partidários da vertente “ambientalismo moderado” que defende, de forma bastante generalizada, a sustentabilidade ecológica e a social como forma de combate à pobreza e a degradação ambiental, procurando adaptar o modo de produção capitalista à realidade ambiental.

Já em relação às teorizações de Leff (2001; 2003), estes cursos seriam defensores da “racionalidade econômica” e não colaboram de forma significativa, para a “construção do saber ambiental” e para uma sociedade efetivamente sustentável.

Esta posição assumida pelos cursos pode não ser tão contestadora da realidade e nem têm um caráter essencialmente transformador, mas entendemos que, diante de um cenário de tantas incertezas como este que a crise ambiental nos coloca, e diante de tantas pressões que as universidades, e conseqüentemente o currículo, sofrem para atender às “demandas sociais e de mercado” expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, parece-nos ser bastante difícil que estes cursos assumam um posicionamento radical e extremamente crítico frente aos problemas de nosso tempo.

Dessa forma, embora a perspectiva da “racionalidade ambiental” pensada por Leff (2001; 2003) possa estar presente na prática cotidiana dos cursos, considerando possibilidades de exploração teórica por um outro professor, não seria de esperar que

esta fosse a tônica de documentos oficiais que explicitam a política curricular das propostas.

Os cursos precisam responder às expectativas de vários setores sociais, que, muitas vezes, têm posições opostas sobre questões que envolvem o Turismo e, além disso, são cursos públicos, financiados pela sociedade, e por isto precisam refletir minimamente a diversidade conceitual que envolve o debate ambiental não se fechando em um único referencial.

Consideramos que a posição destes cursos de se focarem na temática ambiental e trabalharem com uma perspectiva de conciliação entre diversos interesses parece-nos um avanço em um curso relativamente novo, como o curso de Turismo, pois procuram formar um profissional que saiba lidar com as diferentes pressões, que se diferencie por não ser formado para trabalhar em grandes corporações do *trade* turístico, ou nas funções tradicionais que o campo de atuação oferece; mas sim para trabalhar na formulação de novos produtos que tentam, mesmo que seja de forma ainda tímida, considerar outros interesses que não apenas os econômicos.

Esse fato pode representar um caminho para que as discussões se fortaleçam e se tornem mais críticas com o passar do tempo. Caberá aos gestores e docentes desses cursos imprimir a marca que desejam a esses.

## Referências Bibliográficas

APPLE, M. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

CARVALHO, L.M. **A temática ambiental e a escola de 1º grau**. 1989. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GIMENO, J.S. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000 (a).

JUNKER, R. “Sustainability? Never heard of it!” Some basics we shouldn’t ignore when engaging in education for sustainability. **Int. J. Sustain. High. Educ.** v.3,n.1, p.8-18, 2002. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/Insight>> Acesso em: 15 jan. 2008.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E (Coord.). **Complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LUCHIARI, M.T.D.P. **O lugar no mundo contemporâneo**: turismo e urbanização em Ubatuba. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

JUNYENT, M.; ARBAT, E.; GELI, A.M. Características de la ambientalización curricular: modelo aces. In: JUNYENT, M. et all (Eds.). **Ambientalización curricular de los estudios superiores**. Girona: Universidade de Girona, 2003. p. 15-17.

PAVESSI, A. **A ambientalização curricular da formação do arquiteto: o caso do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos (CAU, EESC – USP)**. 2007. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

RIOJAS, J. A complexidade ambiental na universidade. In: LEFF, E. (Coor.). **Complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 217-240.

REDE UNIVERSITÁRIA DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (RUPEA). **Mapeamento da educação ambiental em instituições brasileiras de educação superior**: elementos para discussão de políticas públicas, 2005. 1 CD-ROM.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 5ª ed. Campinas: Papirus, 1999.

SOFFIATI, A. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, C.F.B. et al. (Orgs.). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 23-77.

WRIGHT, T. Definitions and frameworks for environmental sustainability in higher education. **Int. J. Sustain. High. Educ.** v.3,n.3, p.203-220, 2002. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/Insight>> Acesso em: 15 jan. 2008.